

# *Crítica e Ontologia no Tractatus*

## *Algumas observações a partir de “A essência da proposição e a essência do mundo”, de L. H. Lopes dos Santos*

*Marcelo de Carvalho*

Unifesp

### 1.

Em seu comentário ao *Tractatus*, “A essência da proposição e a essência do mundo”, L. H. Lopes dos Santos dá dois passos que, em sua direção e intensidade, se diferenciam das leituras tradicionais da obra de Wittgenstein. Sua investigação não se restringe a relacionar o *Tractatus* aos trabalhos de Russell e Frege, mas o situa no núcleo da “tradição lógica” iniciada com o *Sofista* de Platão e estruturada nos textos lógicos de Aristóteles. Para além disso, o *Tractatus* seria também parte de outra tradição, chamada de “crítica”, que remete à sofística, mas que tem em Kant sua principal referência. A singularidade da obra inicial de Wittgenstein estaria, desse ponto de vista, em se colocar na confluência dessas duas tradições, associando a investigação da forma geral da proposição à crítica do conhecimento e das pretensões da metafísica.

O *Tractatus* articula organicamente essas duas vertentes, revitalizando-as e, com elas, um grande número das questões filosóficas mais fundamentais. Nessa medida, revela-se um dos pontos máximos de inflexão no curso do pensamento filosófico moderno e contemporâneo.<sup>1</sup>

A exposição inicial da “tradição lógica”, que abre o texto de Santos, é particularmente persuasiva e relevante. Em seu enredo básico, trata-se de mostrar como a investigação da forma geral da proposição, iniciada por Platão e Aristóteles, passa por uma transformação profunda nos trabalhos de Frege e Russell, que se fazem acompanhar de dificuldades justamente na compreensão do discurso falso, problema que estava na origem da investigação de Platão e Aristóteles. O *Tractatus* resolveria esses problemas assimilando a nova notação de Frege e do *Principia Mathematica* de Russell e Whitehead, mas retornando ao seio da tradição aristotélica em sua compreensão da forma geral da proposição e de sua relação com a ontologia. Poder-se-ia dizer que também aqui o *Tractatus* representaria, em uma escala mais restrita, o ponto de confluência ou de reencontro entre essas duas tradições na investigação da proposição e do significado, a de Aristóteles e a de Frege. A concepção da proposição como figuração possibilitaria,

---

1 L. H. Lopes dos Santos, “A essência da proposição e a essência do mundo”, in: *Tractatus Logico-philosophicus*, São Paulo: Edusp. p. 13.

ao mesmo tempo, a assimilação da revolução observada na lógica a partir da segunda metade do século XIX e a retomada dos elementos mais centrais das concepções clássicas (aristotélicas) de “verdade”, “sentido” e “referência”. A rearticulação das concepções de Aristóteles sobre linguagem e ontologia ocupam um lugar determinante na leitura proposta por Santos.

O conceito lógico de proposição exposto no *Tractatus*, e o conceito de lógica que lhe é solidário, resultam da exploração, até suas últimas consequências, das teses por meio das quais Aristóteles define logicamente o símbolo proposicional no tratado *Da Interpretação*: a tese da bipolaridade da proposição, a de sua complexidade essencial e a contraparte ontológica desta, a tese de que uma proposição não molecular é feita verdadeira ou falsa pela existência ou inexistência de uma concatenação dos significados dos nomes que nela ocorrem.<sup>2</sup>

Essa chave aristotélica para a leitura do *Tractatus* se mostra bastante profícua nas mãos de Santos. É ela que aparece no horizonte da compreensão da relação entre “essência da proposição” e “essência do mundo”, entre lógica e ontologia, que estrutura seu ensaio.

O comentário inicial de Santos sobre Wittgenstein e a tradição crítica, por outro lado, é muitíssimo mais breve e geral, sem uma exposição equivalente dos debates que precedem o *Tractatus* ou de como Wittgenstein se apropria do projeto crítico e o transforma. A interlocução com Kant se faz claramente presente, entretanto, ao longo de seu comentário do *Tractatus*, no desdobramento do ensaio. A aproximação entre o *Tractatus* e a filosofia crítica de Kant não é simples e envolve diversos ajustes e ressalvas. A investigação elaborada no *Tractatus* é voltada à lógica, não ao conhecimento. Estão ausentes ali os elementos definidores do projeto crítico de Kant: a distinção entre *em si* e *fenômeno*, a investigação dos instrumentos do conhecimento, o papel transcendental dos conceitos puros do entendimento e da sensibilidade. Mas é nessa diferença que estaria a maior virtude da apropriação tractariana com o projeto crítico: ele resolveria o problema de delimitar o domínio do conhecimento possível e explicitaria os equívocos da metafísica sem a necessidade de recorrer a uma investigação da subjetividade ou das faculdades de conhecimento. Em lugar de delimitar o conhecimento possível, o *Tractatus* delimitaria o discurso possível, excluindo dele a metafísica. A compreensão do *Tractatus* como obra em que temas centrais da tradição filosófica são retomados e reelaborados no contexto da reflexão sobre a linguagem nos oferece uma perspectiva da relevância e do contexto de debates em meio ao qual se situa a obra de Wittgenstein que raramente encontra paralelos.

Propõe-se aqui, em primeiro lugar, levar adiante a aproximação do *Tractatus* com a tradição de Platão e Aristóteles, sobretudo com a tradição que se desdobra a partir do *Sofista*. Nela encontramos uma expressão bastante particular da delimitação do discurso possível e da vinculação entre lógica e ontologia. Em segundo lugar, nos voltaremos para a maneira como Santos expõe o início do *Tractatus* e para o horizonte kantiano que conforma essa leitura. Trata-se de saber se Wittgenstein se utiliza de um argumento transcendental que faz derivar a chamada “ontologia” dos parágrafos iniciais de seu livro da concepção de figuração exposta mais adiante. Os argumentos que se pretende aqui delinear são pontuais. Encontramos na tradição lógica elementos para uma investigação “crítica” dos limites da linguagem, sem vínculo com a tradição kantiana ou com argumentos transcendentais. Isso não implica, por certo, nem uma afirmação histórica sobre a origem desse tema em Wittgenstein, nem a recusa de sua proximidade com Kant. Trata-se apenas de outra perspectiva sobre o tema, cuja única virtude, caso a tenha, é recolocar a pergunta sobre a relação entre Kant e Wittgenstein. Quanto à presença de um argumento transcendental no *Tractatus*, não se pretende recusar que as reflexões de

---

2    Idem, p. 54.

Wittgenstein sobre a figuração e a proposição precedem, em sua gênese, as observações situadas no início do livro, ou mesmo que estejam em sua origem. Ainda assim, parece pertinente perguntarmos pelos motivos que levaram Wittgenstein a iniciar o *Tractatus* com afirmações sobre o “mundo”, e apenas depois disso tratar da figuração. Essa reflexão talvez nos ofereça elementos para compreender aspectos relevantes da apresentação da concepção de figuração tal qual exposta no *Tractatus*.

## 2.

O reconhecimento de que a delimitação da linguagem se desdobra da caracterização da forma geral da proposição ocupa lugar central no projeto do *Tractatus*, bem como em sua aproximação com o projeto crítico, conforme a interpretação de Santos:

A crítica epistemológica das faculdades subjetivas do conhecimento cede lugar a uma crítica lógica que, apoiada numa caracterização da forma essencial da proposição que pretende fazer total abstração da natureza do sujeito que representa, ocupa-se unicamente da determinação das condições objetivas de instituição de uma relação de representação entre um símbolo proposicional e algo mais.<sup>3</sup>

Como resultado,

a questão crítica [...] pode, segundo o *Tractatus*, ser solucionada num plano de abstração superior ao da epistemologia – no plano estritamente lógico de uma reflexão sobre a essência do discurso enunciativo.<sup>4</sup>

A ideia de que a delimitação do discurso enunciativo apresenta uma solução mais geral ao problema crítico é, sem dúvida, pertinente. Particularmente vigorosa (e sedutora para a filosofia contemporânea) é a ideia de que o *Tractatus* sustenta o projeto crítico sem recorrer a uma filosofia do sujeito.<sup>5</sup> Mas a delimitação daquilo que pode ser falado e pensado a partir da determinação da forma geral do discurso não surge como reformulação do projeto kantiano. Ela já se fazia claramente presente na tradição lógica derivada de Parmênides e do *Sofista*. As afirmações

3 Idem, p. 17.

4 Idem, p. 17.

5 Uma leitura da filosofia de Wittgenstein a partir de Kant é proposto também por P. Hacker em seu livro de 1972, *Insight and Illusion*: “O assunto com o qual me preocupo primeiramente, o drama que é encenado ao longo do livro, é a metafísica da experiência de Wittgenstein. Essa expressão kantiana é escolhida conscientemente, pois um dos temas centrais consiste em explorar as afinidades kantianas da filosofia de Wittgenstein em geral, tanto no *Tractatus* quanto nos trabalhos pós-1929.” (*Insight and Illusion*, 1ª ed, “Preface”, p. v). A base para a leitura de Hacker é dada por P. Strawson, *The Bounds of Sense: An Essay on Kant’s Critique of Pure Reason*, de 1966, que se propõe a deixar algumas partes da *Crítica da Razão Pura*, notadamente sua “teoria da ‘psicologia transcendental’”, em uma posição “bastante subordinada” (“Preface”, p. 11): “Wherever he found limiting or necessary general features of experience, [Kant] declared their source to lie in our own cognitive constitution; and this doctrine he considered indispensable as an explanation of the possibility of knowledge of the necessary structure of experience. Yet there is no doubt that this doctrine is incoherent in itself and masks, rather than explains, the real character of his inquiry; so that a central problem in understanding the Critique is precisely that of disentangling all that hangs on this doctrine from the analytical argument which is in fact independent of it. The separation of these two strands in the Critique, however, is only part of a wider task of division between what remains fruitful and interesting and what no longer appears acceptable, or even promising, in its doctrines.” (p. 15-16). Sobre esse a leitura de Strawson, cf. também Bento Prado Jr., *Ipseitas*, p. 52-53.

parmenideanas sobre a relação entre discurso, Ser e Não-Ser já apontavam o limite da linguagem. A identificação da forma sujeito-predicado nos trabalhos de Platão e, explicitamente, de Aristóteles desempenha papel delimitador equivalente, excluindo do domínio do discurso significativo a enunciação isolada de um nome e de tudo que não se coloque em uma relação bastante particular, de participação ou de alteridade. No seio dessa tradição iniciada com o *Sofista* encontramos, como caso exemplar, a delimitação por Plotino, e depois por Agostinho, daquilo que é cognoscível, e, para além dessa, do que pode ser pensado ou falado, que não se confundem com o Ser. Elabora-se assim a ideia de um Deus inefável que não é, em absoluto, estranha ao autor do *Tractatus*.<sup>6</sup> Para Platão, o discurso diz a relação de participação ou não participação. Tudo o que for diferente disso se coloca no terreno do inefável. Sendo esse o caso, a ideia de que a forma essencial do discurso delimita o que pode ser dito e pensado não precisa ser lida no contexto da tradição crítica. Ela se situa no horizonte imediato de desdobramentos da tradição lógica com a qual o *Tractatus* dialoga de maneira bastante intensa.

Platão relaciona a essência da proposição e a essência do mundo, lógica e metafísica, de uma maneira própria a sua filosofia, que não deve ser lida como um argumento sobre as condições de possibilidade do discurso significativo. Pouco após o início do *Sofista* nos deparamos com a constatação de que as concepções de Parmênides sobre o discurso, o Ser e o Não-Ser tornariam impossível o discurso falso. Um paradoxo se arma, então, a partir da suposição de que o discurso verdadeiro diz o que é, o Ser, e, analogamente, o discurso falso diria o que não é, o Não-Ser, de tal modo que ou não há discurso falso, ou se diz o Não-Ser, ao contrário do que preconizava Parmênides.<sup>7</sup> Pode-se descrever inicialmente a estrutura do argumento de Platão nos seguintes termos: fosse a concepção de Parmênides sobre o Ser correta, não seria possível o discurso falso; a compreensão do discurso falso pressupõe o “parricídio”, pressupõe que se compreenda em que sentido o ser não é e o não-ser é.<sup>8</sup> A elaboração de concepções sobre o Ser e sobre o Não-Ser diferentes daquela de Parmênides é condição para que se compreenda a possibilidade do discurso falso. Essa maneira de descrever o argumento de Platão o aproxima de uma pergunta sobre as condições de possibilidade do discurso falso. Tratar-se-ia de identificar a metafísica, ou ontologia, que tornaria compreensível a possibilidade do discurso falso. O desdobramento do argumento no *Sofista*, entretanto, segue os passos habituais da investigação platônica, e não a de uma pergunta sobre condições de possibilidade. Platão passa em revisão as concepções precedentes sobre o Ser e estrutura seu argumento a partir de uma investigação dos conceitos de “movimento”, “repouso”, “mesmo” e “outro”, concluindo que ser e não-ser, quando usados nesse contexto, apontam para relações de participação e de alteridade. Sobre o ser, o movimento e o repouso, Platão diz:

Cada um deles é outro com relação aos dois que restam, e o mesmo que ele próprio.

E, mais adiante:

[o movimento] é absolutamente outro que não o repouso. (...) Logo, ele não é repouso. (...) Entretanto, ele “é” pelo fato de participar do ser.<sup>9</sup>

Apenas após o esclarecimento desses conceitos metafísicos o diálogo retorna ao problema do discurso falso e mostra que dizer o não-ser é dizer a diferença e dizer o ser é dizer

6 Cf. e.g. Plotino, *Enéada*, V, 3.

7 Platão, *Sofista*, 241d-242a.

8 Idem.

9 Platão, *Sofista*, 255c-e.

a participação.<sup>10</sup> Para além da possibilidade do discurso falso, a investigação apresentada no *Sofista* se desdobra em uma ontologia que pressupõe essências, hierarquia de gêneros e uma subordinação do particular ao que é mais geral.

Assim, ainda que o argumento no *Sofista* se inicie com o reconhecimento do paradoxo do falso, parece um equívoco interpretá-lo, extemporaneamente, como uma questão “transcendental”, sobre as “condições de possibilidade” do discurso. Não se trata de uma questão transcendental e, ainda que a viabilização do discurso falso seja vista como um teste a que se submetem os conceitos da metafísica (*ser, mesmo, outro, movimento, repouso*), o percurso investigativo não se arma como pergunta por condições de possibilidade. Pelo contrário, é a metafísica, construída como investigação conceitual, que *determina* a identidade do discurso falso. Paradoxalmente, esse percurso argumentativo é mais assemelhado ao início do *Tractatus*, com suas afirmações sobre o mundo e a totalidade, do que a estratégia kantiana de uma pergunta pelas condições de possibilidade do conhecimento ou da linguagem.

### 3.

Contra esse pano de fundo, podemos formular uma segunda hipótese sobre a relação entre o *Tractatus* e a tradição crítica. O *Tractatus* se inicia por uma série de afirmações sobre “o mundo” e apenas em um segundo momento, a partir do parágrafo 2.1, elabora o conceito de “figuração”. A suposição de que se apresenta no livro a relação entre lógica e ontologia e de que essa se constrói de maneira crítica, não dogmática, pressupõe, entretanto, uma leitura que inverte essa ordem de exposição e que lê o *Tractatus* a partir do conceito de figuração. Em vocabulário kantiano, a ontologia inicial do *Tractatus* (fazendo-se a ressalva de que Kant contrapõe crítica e ontologia)<sup>11</sup> seria condição de possibilidade à figuração e à linguagem. O “mundo” de que falam os parágrafos iniciais do livro seria o mundo concebido *a partir* da possibilidade de sua figuração.

É no papel desempenhado pela figuração nessa armação inicial do livro que a aproximação entre o *Tractatus* e a tradição crítica se faz inicialmente presente na leitura de Santos. Apenas após a descrição de como opera a figuração seu ensaio retorna aos parágrafos iniciais do livro de Wittgenstein, concebidos justamente como *a ontologia pressuposta* pela figuratividade da linguagem.

Os aforismos 1-2.063 extraem as consequências ontológicas da conjunção dessa concepção da natureza das proposições elementares com a tese da figuratividade da proposição – *definem as condições ontológicas de possibilidade* da representação proposicional. Eles respondem à questão: o que pode ser um mundo permeável à representação proposicional?<sup>12</sup>

A elaboração inicial das concepções expostas no *Tractatus*, de fato, tem por base a reflexão sobre figuração e forma geral da proposição e Wittgenstein não é, em absoluto, claro quanto à justificativa para as afirmações que faz no início do livro. Ainda assim, duas questões se colocam de imediato a essa maneira de compreender o percurso encontrado no *Tractatus*: qual seria,

10 Platão, *Sofista*, 257b.

11 “O pomposo nome de uma ontologia, que se arroga a fornecer conhecimentos sintéticos a priori das coisas em geral (o princípio da causalidade, por exemplo) em uma doutrina sistemática, tem de dar lugar ao mais modesto nome de uma mera analítica do entendimento puro”; Kant, *Crítica da Razão Pura*, B303.

12 L. H. Lopes dos Santos, “A essência da proposição e a essência do mundo”, p. 78 (itálicos acrescentados).

desse ponto de vista, o argumento que sustenta a concepção restritiva de figuração ali apresentada, a qual passa a desempenhar o papel de fundamento de todas as demais conclusões? Como defendê-la como mais do que uma possibilidade plausível de compreensão da proposição, que resolve as dificuldades das concepções anteriores, de Frege e Russell? Qual seria a explicação para que o livro se inicie pelos parágrafos sobre “o mundo”, invertendo a ordem de seu argumento e expondo as consequências ontológicas da tese da figuratividade antes de falar em figuração? Essa questão é ressaltada pelo fato de que em todo o restante do livro, a exposição parece seguir cuidadosamente a ordem de construção dos conceitos, sem novas inversões.

#### 4.

Retornemos aos parágrafos iniciais do *Tractatus*. Em seu conjunto, eles investigam a relação entre os conceitos de “mundo”, “totalidade” e necessidade-possibilidade. Há ali duas breves referências à figuração (uma explícita e outra implícita), mas que, como veremos, parecem mais antecipações de esclarecimentos sobre a própria figuração do que argumentos em defesa das afirmações iniciais do livro. A elaboração dos conceitos de necessidade e possibilidade, por outro lado, é reiterada e estruturante da exposição. Uma possibilidade a considerarmos é que esses parágrafos se proponham justamente a descrever o que seria o mundo concebido como totalidade, no qual a lógica é possível, ou melhor, no qual há algo que se pode reconhecer como necessário. A lógica aparece ali caracterizada justamente por sua relação com o necessário e o possível. Nos parágrafos 2.012-1 Wittgenstein afirma:<sup>13</sup>

Na lógica, nada é casual: se a coisa *pode* aparecer no estado de coisas, a possibilidade do estado de coisas já deve estar prejulgada na coisa. (*T*, 2.012)

Pareceria como que um acaso se à coisa, que pudesse existir só, por si própria, se ajustasse depois uma situação.

Se as coisas podem aparecer em estados de coisas, isso já deve estar nelas.

(O que é lógico não pode ser meramente-possível. A lógica trata de cada possibilidade e todas as possibilidades são fatos seus.) (*T*, 2.0121)

Essa passagem explicita o vínculo entre os conceitos de possibilidade e necessidade, que definem a lógica, e a recusa de que o mundo possa ser concebido como um conjunto de “coisas”. Fosse esse o caso, tudo seria casual, não haveria lógica. Esse parágrafo se desdobra em duas afirmações distintas. A primeira delas, sobre o que pode ser pensado, parece sustentar a leitura da descrição do mundo que ali se apresenta como condição de possibilidade da figuração. Note-se, entretanto, que ela, de imediato, subordina esse argumento ao esclarecimento da aplicação do conceito de “possibilidade” à relação entre objetos.

Assim como não podemos de modo algum pensar em objetos espaciais fora do espaço, em objetos temporais fora do tempo, também não podemos pensar em *nenhum* objeto fora da possibilidade de sua ligação com outros.

Se posso pensar no objeto na liga do estado de coisas, não posso pensar nele fora da *possibilidade* dessa liga. (*T*, 2.0121)

O eixo a partir do qual se articulam essas observações é a compreensão do mundo como totalidade “determinada”, fixada, e não a identificação dos pressupostos da figuração. Fosse o

13 L. Wittgenstein, *Tractatus logico-philosophicus*, São Paulo: Edusp (trad. de L. H. Lopes dos Santos).

mundo uma coleção de objetos, não haveria lógica, não haveria nada necessário. No mundo apreendido da perspectiva da lógica, nada é casual. Por isso, ele é a “totalidade dos fatos, não das coisas” (T, 1.1).

## 5.

Uma leitura dos parágrafos iniciais do *Tractatus* de maneira autônoma em relação ao conceito de figuração, como se esboça aqui, se mostra frutífera sobretudo por, ao não inverter o percurso proposto por Wittgenstein, situar a exposição do conceito de figuração contra o pano de fundo das observações sobre fatos e totalidade que abrem o livro. Insinua-se assim um argumento em *defesa* da ideia de figuração que só se faz possível a partir da leitura linear do texto. Não há linguagem no mundo descrito no início do *Tractatus*. A figuração aparece no parágrafo 2.1 como resultado de algo que se *faz* no mundo descrito até ali:

Nós nos fazemos figurações dos fatos. (T, 2.1)<sup>14</sup>

A característica mais central e relevante dessa atividade figurativa é que ela se faz *no mundo* que vinha sendo descrito nos parágrafos iniciais: um mundo em que há fatos, nos quais objetos se relacionam de uma determinada maneira. A figuração consistirá, então, em que se tome um fato particular com figuração de outro fato que tem a mesma forma lógica que ele.

“A figuração é um fato” (T, 2.141).

“A figuração tem em comum com o afigurado a forma lógica da afiguração” (T, 2.2)

A constatação precedente de que o mundo se constitui como totalidade de fatos, não de coisas, subordina a caracterização dos objetos ao seu aparecimento em estados de coisas. Essas relações também já trazem consigo uma *forma*, uma determinada configuração dos objetos. Como o objeto de que fala o *Tractatus* é simples, essa forma, a possibilidade de aparecer em estados de coisas, define o objeto.

Se conheço um objeto, conheço também todas as possibilidades de seu aparecimento em estados de coisas. (T, 2.0123)

A maneira como os objetos se vinculam no estado de coisas é a estrutura do estado de coisas. (T, 2.032)

A forma é a possibilidade da estrutura. (T, 2.033)

A figuração, que se passa a descrever a partir do parágrafo 2.1, se estabelece a partir daquilo que é disponibilizado por essa descrição precedente do mundo: a figuração é um fato que tem a mesma forma lógica do fato que se pretende figurar e que, *por isso*, pode ser *usado* como figuração (“objetos” são dados em sua relação com outros objetos e, portanto, em meio a fatos). Nos deparamos, assim, com um argumento em defesa da concepção tractariana de figuração que não se sustenta apenas em sua capacidade de solucionar as dificuldades das concepções de Frege e Russell, ou na dinâmica interna do debate ao qual Wittgenstein se vinculara nos anos precedentes. A concepção restritiva de linguagem que se apresenta no *Tractatus*, que exclui a possibilidade de se figurar tudo o que não seja um fato, deriva do material restrito a partir do

14 “Wir machen uns Bilder der Tatsachen.”; a tradução citada aqui difere daquela proposta por L. H. Lopes dos Santos.

qual ela se constitui: nada parece estar disponível além de usar fatos como figuração de fatos.

Mas, ainda outra vez, cabe a pergunta: como compreender a enunciação do que parece ser uma ontologia nos parágrafos iniciais de um livro que conclui, entre outras coisas, pela carência de sentido das proposições da metafísica? O que sustenta as afirmações de Wittgenstein sobre mundo, totalidade e fatos? Nos deparamos aqui, mais uma vez, com o que pode ser lido como um argumento sobre condições de possibilidade, ainda que agora sem a inversão da ordem do texto. Tratar-se-ia de compreender como deve ser o mundo para que a lógica seja possível. Talvez se possa, entretanto, ler esses parágrafos iniciais com uma ênfase um pouco distinta. Em lugar de perguntar pela ontologia pressuposta pela lógica, esse conjunto de parágrafos nos apresentaria uma investigação de toda normatividade, explicitando o vínculo entre necessidade e totalidade. A compreensão do objeto a partir de seu aparecimento em estados de coisas equivale à descrição dos objetos a partir de uma perspectiva que não deixa lugar para o acaso. Tal investigação da normatividade não é, por certo, estranha a Kant e se faz claramente presente na obra madura de Wittgenstein.<sup>15</sup>

## 6.

O principal argumento de Santos em defesa de que os parágrafos iniciais do *Tractatus* explicitam a ontologia pressuposta pela ideia de figuração nos remete, entretanto, a outro texto, os parágrafos 2.021 a 2.0212 (anteriores à apresentação do conceito de figuração):

Os objetos constituem a substância do mundo. Por isso não podem ser complexos.

Se o mundo não tivesse substância, ter ou não sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição.

Seria então impossível traçar uma figuração do mundo (verdadeira ou falsa).

Essas observações são feitas no contexto do esclarecimento por Wittgenstein da afirmação de que os objetos são simples. A identificação nessa passagem da explicitação de uma condição de possibilidade da figuração é clara: para que haja figuração verdadeira do mundo, para que se sustente a tese da independência do sentido da proposição, faz-se necessário supor que objetos são simples. Essa descrição é fortalecida quando lida juntamente com os *Notebooks*, onde o tema é elaborado em termos muito semelhantes.<sup>16</sup> Mas não é assim, como uma identificação de condições de possibilidade, que Wittgenstein apresenta o argumento dos parágrafos 2.021 a 2.0212. A afirmação sobre a independência do sentido e sobre a possibilidade da figuração aparecem como notas a respeito de conceitos que só são introduzidos mais adiante no livro, subordinadas à investigação da relação entre objetos e estados de coisas que é tematizada nesse momento do texto. Que se fale não apenas de figuração, mas também de proposição,

15 O núcleo desse debate é a crítica de Wittgenstein ao conceito de “regra”, cuja apresentação clássica se encontra entre os parágrafos 185 e 242 das *Investigações Filosóficas* e na “Parte I” das *Observações sobre os fundamentos da matemática*.

16 Os *Notebooks* e as anotações anteriores ao *Tractatus* são menos esclarecedores sobre esse tema do que se poderia supor. Por um lado, encontramos nas primeiras linhas das *Notas ditadas a Moore*, de 1914, a indicação de uma relação entre a estrutura lógica da linguagem e o mundo: “as chamadas proposições lógicas *mostram* as propriedades lógicas da linguagem e, portanto, do Universo, mas não *dizem* nada.” O início dos *Notebooks*, entretanto, é enfático em associar a lógica à investigação da *possibilidade* do sentido: “Tudo o que é possível [überhaupt möglich ist] é também legítimo” (p. 2) e, ao longo do texto, elabora-se longamente as dificuldades colocadas pelo conceito de “objeto simples”.

reforça a ideia de antecipação de um tema posterior. Objetos são “simples” e isso assegura a determinação do sentido das proposições, mas isso não nos faculta inverter a afirmação e dizer que objetos *devem* ser simples *para que* proposições tenham sentido determinado. O reconhecimento de um vínculo entre a caracterização de objetos como simples e a determinação do sentido não parece, assim, incompatível com insistência na pergunta sobre como o percurso expositivo escolhido por Wittgenstein no *Tractatus* pode esclarecer as proposições iniciais do livro e do próprio conceito de figuração. Também se mantém relevante a pergunta e sobre o uso que o autor faz dessa ordem expositiva, na qual a figuração e a linguagem não são apresentadas como ponto de partida. Pelo contrário, a linguagem aparece no *Tractatus* emoldurada, de início, por um mundo que a faculta, mas no qual ela está ausente, e ao final, por tudo aquilo que está para além de seu limite.

## 7.

De volta à ideia de que no *Tractatus* confluem a tradição lógica e a tradição crítica, é notável o quanto a vinculação da reflexão de Wittgenstein à tradição de Platão e Aristóteles se mostra frutífera. Também a compreensão de que o *Tractatus* apresenta uma demarcação do discurso significativo (e, por meio dessa, derivadamente, do conhecimento proposicional possível) sem recorrer a uma investigação da subjetividade e das faculdades do conhecimento é de enorme interesse, sobretudo para a compreensão de sua recepção. E não resta dúvida de que a gênese das concepções do *Tractatus* se encontra na elaboração da ideia de figuração. Nada disso é incompatível, entretanto, com o desconforto em se atribuir uma ontologia ao *Tractatus* e em ignorar a ordem de exposição utilizada pelo autor. A obra de Wittgenstein é estritamente lógica, no sentido bastante particular que esse termo ganha em seus textos. Por detrás do que pode parecer uma epistemologia ou uma psicologia, o que encontramos é uma insistente e reiterada investigação do sentido e da normatividade (associada aos conceitos de “possibilidade” e “necessidade”). Talvez seja isso que se encontra também alinhavando as proposições iniciais do *Tractatus*: em lugar de uma ontologia, uma investigação da normatividade.

O ensaio de Santos desempenha um papel singular na explicitação da relação entre a filosofia de Wittgenstein e o vasto contexto filosófico com o qual ela se relaciona. A intensidade dos diálogos que afloram de sua exposição contrasta com a solidão em que o autor do *Tractatus* costuma aparecer para outros leitores. Nessa leitura nos deparamos com a pertinência do diálogo com Platão, Aristóteles, Frege e Russell, mas também Leibniz, Schopenhauer e um Kant muito mais cosmopolita do que aquele vislumbrado, por exemplo, nos comentários de P. Hacker e de P. Strawson: o Kant da terceira crítica, por exemplo é um interlocutor importante na tentativa de compreensão de como as *Investigações Filosóficas* separaram o joio relativista do trigo do perspectivismo dos jogos de linguagem.<sup>17</sup> A leitura das obras de Wittgenstein ganha muito quando situada nesse terreno amplo e aberto de diálogo.

---

17 Cf. L. H. Lopes dos Santos, “Lógica e Linguagem”, p. 18: “você tem uma combinação interessante, no segundo Wittgenstein, que é a combinação de um perspectivismo, mas com um não relativismo. Perspectivismo, como eu gosto de dizer, sem relativismo.” (in: M. Carvalho & G. Cornelli (org.), *Filosofia: conhecimento e linguagem*, Cuiabá: Central de Texto/ MEC, 2013).

### Resumo

Este artigo discute a leitura que faz o estudo introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos (1992) dos aforismos iniciais do *Tractatus*. Tal leitura vê, nesses aforismos iniciais, as consequências ontológicas de um argumento transcendental cuja premissa é a concepção de figuração desenvolvida nos aforismos subsequentes. Em contraste com essa leitura, aqui é defendido que se possa entender esses aforismos iniciais como uma investigação de toda normatividade, explicitando o vínculo entre necessidade e totalidade. Assim se aponta para uma nova perspectiva de interpretação do *Tractatus* e de seus vínculos com a tradição crítica.

**Palavras Chaves:** *Tractatus*, Teoria Pictórica, Ontologia, Argumento Transcendental, Normatividade

### Abstract

This article discusses the reading made in the introductory study by Luiz Henrique Lopes dos Santos (1992) of the initial aphorisms of the *Tractatus*. Such a reading holds, in these initial aphorisms, the ontological consequences of a transcendental argument whose premise is the conception of picturing developed in the subsequent aphorisms. In contrast to this reading, it is argued here that these initial aphorisms can be understood as an investigation of all normativity, making explicit the link between necessity and totality. Thus, the present paper points out to a new perspective of interpretation of the *Tractatus* and its links with the critical tradition.

**Key words:** *Tractatus*, Pictorial theory, Ontology, Transcendental Argument, Normativity